



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639157 - SP (2021/0005169-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
LIANE SILVEIRA MOREIRA - SE006038
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANTONIO CARLOS DA SILVA JESUS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO CARLOS DA SILVA JESUS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução n. 0004775-52.2020.8.26.0521).

O paciente cumpre pena de 8 anos de reclusão e teve indeferido o pleito para aplicação do percentual de 40% para a progressão de regime, nos termos do art. 112, inciso V, da Lei n. 13.964/2019, decisão que foi mantida pelo Tribunal *a quo*, no agravo em execução interposto pela defesa.

A impetrante alega que o sentenciado não é reincidente específico em crimes hediondos ou a eles equiparados e assim deve-se descontar 40% de sua pena para que possa ser progredido ao regime menos gravoso, devendo incidir na espécie a lei penal mais benéfica nos termos da nova redação do art. 112, inciso V.

Requer, liminarmente e no mérito, a correção do cálculo de penas para constar o prazo de 40% para efeito de progressão de regime prisional nos termos da nova redação do art. 112, V, da Lei de Execução Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente